



RiUPTC

Repositorio Institucional
UPTC

repositorio.uptc@uptc.edu.co

Análise de discurso crítica: representação discursiva da extrema pobreza em diferentes gêneros discursivos - relações entre situação de rua e vizinhança

Viviane de Melo Resende

Coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade
Universidade de Brasília
Brasil

Resumo.

Este texto corresponde à conferência preparada para ser apresentada no *Primer Congreso Internacional “Análisis de Discursos contemporáneos: desafíos y perspectivas”*, realizado em Tunja, Colômbia, nos dias 8 e 9 de outubro de 2014. Para a conferência, retomei vários textos nos quais analisei a representação da situação de rua nos últimos anos, no escopo de projetos de pesquisa amplamente amparados em minha participação na *Redlatinoamericana de análisis crítico del discurso de las personas sintecho y en extrema pobreza- REDLAD*. Retomando esses trabalhos e refletindo sobre eles de forma integrada, é possível perceber traços comuns na representação da situação de rua. Por outro lado, discursos de resistência também se materializam em textos, questionando sentidos naturalizados.

Palavras-chave: análise de discurso crítica; representação; situação de rua.

Introdução¹.

Nesta conferência, retomarei alguns dos dados analisados nos últimos anos, em que venho me dedicando à investigação da representação da extrema pobreza – em especial a situação de rua. Esses estudos foram realizados em estreita cooperação com a *Red Latinoamericana de Análisis Crítico del Discurso de la Extrema Pobreza* (REDLAD), que reúne investigadoras e investigadores da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, do México, da Venezuela.

¹Minha participação no Primer Congreso Internacional “Análisis de Discursos contemporáneos: desafíos y perspectivas” só foi possível graças ao convite que recebi do *Doctorado en Lenguaje y Cultura*, da *Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia*. Agradeço aos organizadores e organizadoras do evento, Mireya Cisneros Estupiñán, Alberto Fajardo Castañeda, Martha Pardo Segura, María del Carmen Ussa, e muito especialmente a Neyla G. Pardo Abril, da *Universidad Nacional de Colombia*. Uma versão reduzida deste artigo foi publicada em *Discurso & Sociedad*, 9 (1), 2015.

Iniciarei situando a perspectiva teórico-metodológica que tem orientado minhas investigações, no campo da Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2010) e do Realismo Crítico (Bhaskar, 2008). Em seguida, exibirei alguns resultados analíticos, considerando diferentes gêneros discursivos produzidos e consumidos em distintos ambientes institucionais. Serão consideradas algumas análises, já publicadas, de textos em que 'situação de rua' e a 'vizinhança' são temas associados: as análises de uma circular de condomínio (Resende, 2009a), de uma notícia jornalística da mídia impressa de distribuição gratuita (Resende, 2012a), de uma notícia do jornalismo *on-line* ligado a jornal tradicional na imprensa brasileira (Resende, no prelo) e de uma charge publicada em livro (Sant'Ana e Resende, 2013).

Com base nesse panorama de investigações, discutirei a extrema pobreza como problema social que inclui facetas discursivas, já que os modos como se representa a situação de rua em textos têm influência sobre os modos como a sociedade compreende o problema e reage a ele. Assim, o que se pretende é abordar facetas semióticas dessa problemática, tendo como foco específico a pesquisa documental de textos realizando gêneros discursivos diversos.

1. Análise de discurso crítica e realismo crítico: referencial teórico-prático.

O argumento básico que sustenta a análise discursiva crítica como aparato para a explanação de problemas sociais particulares é que a linguagem mantém um tipo especial de relação com outros elementos sociais (Fairclough, 2001). Os textos que formulamos e que são parte dos modos como agimos na sociedade não apenas são efeitos das situações sociais imediatas, mas também têm efeitos sobre elas. Mais que isso, relacionam-se também a conjunturas sociais mais amplas. Isso porque a vida social é um sistema aberto, em que redes de práticas particulares configuram conjunturas, e as práticas em articulação se influenciam mutuamente (Harvey, 1992).

Antes de tudo, importa compreender que a linguagem está presente, em maior ou menor medida, em todas as práticas sociais, seja diretamente, na configuração mesma das práticas, seja na forma de reflexividade sobre as práticas (Chouliaraki e Fairclough, 1999). De acordo com essa ontologia da linguagem na sociedade, a vida social é constituída de práticas, e as práticas sociais são modos de ação habituais da sociedade

institucionalizada, traduzidos em ações materiais, em modos habituais de ação historicamente situados, que incluem a ação discursiva (Ramalho e Resende, 2011). David Harvey teorizou as práticas sociais como compostas de momentos em relações de relativa estabilidade: formas de atividade, pessoas (com crenças, valores, desejos, histórias), relações sociais e institucionais, tecnologias, tempos e espaços, linguagem e outras formas de semiose (Harvey, 1992). Esses momentos da prática social se entrecruzam em relações de interiorização.

Tomando essa teoria social como substrato para recontextualização, Chouliaraki e Fairclough (1999), e depois Fairclough (2003, 2010), buscaram teorizar em maior detalhe o papel da linguagem na configuração de práticas. Em sua reformulação, sugerem as práticas sociais como compostas de quatro momentos em articulação, e com base no funcionalismo de Halliday (1994) detalham os momentos internos do aparato semiótico das práticas:

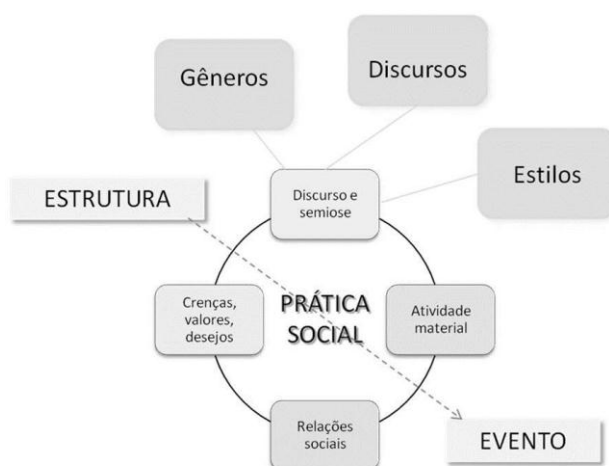


Figura 1 – Os momentos da prática social segundo Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003). Baseado em Resende (2012b, p. 105).

Textos como elementos de eventos sociais têm efeitos causais – acarretam mudanças em nosso conhecimento, em nossas crenças e atitudes (Fairclough, 2003). Essas mudanças não estão, contudo, em uma relação unilateral, já que a relação entre estrutura e ação social é transformacional (Bhaskar, 1998, pp. 206-57). Isso significa dizer que atores sociais são socialmente constrangidos, mas suas ações não são totalmente determinadas: atores sociais também têm seus próprios ‘poderes causais’ que não são redutíveis aos poderes causais de estruturas e práticas sociais (Archer, 2000).

Embora haja constrangimentos sociais definidos pelos poderes causais de estruturas e práticas sociais, os atores sociais são dotados de relativa liberdade para estabelecer relações inovadoras na (inter)ação, exercendo sua criatividade e modificando práticas estabelecidas.

Essa percepção de relação entre estrutura e ação é desenvolvida por Bhaskar, no Realismo Crítico. De acordo com essa concepção da vida social, as estruturas sociais são compreendidas como configurações prévias à ação, que dotam a ação de recursos, mas também as constroem; e as ações, por sua vez, são possíveis graças às estruturas, mas também podem, ao longo do tempo, transformar as configurações estruturais. Por isso, a vida social é um sistema aberto, nunca acabado, sempre passível de transformação. Esses são os argumentos que sustentam o Modelo Transformacional da Atividade Social (MTAS), ilustrado na Figura 2:

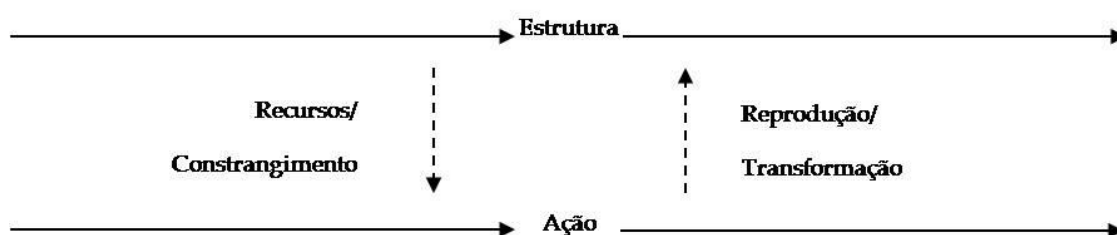


Figura 2 – *Modelo Transformacional da Atividade Social. Baseado em Bhaskar (1998, p. 217). Em Resende (2009b, p. 27).*

Há, entretanto, pressões pela manutenção de configurações, o que se associa à noção de poder como controle. Para van Dijk (2001, p. 355), grupos sociais têm mais ou menos poder na medida em que são aptos a controlar as ações de outros grupos, e essa possibilidade decorre “de uma base de poder ligada ao acesso a recursos sociais escassos como dinheiro, *status*, conhecimento, informação, comunicação pública”. Assim como há pressões pela manutenção, sempre há pressões também pela mudança, e disso decorre a dinâmica da mudança social na luta sobre essas configurações de estabilidade relativa.

Considerando que estruturas sociais sempre antecedem ações, então as estruturas com as quais atores sociais lidam no momento de sua ação social são conformadas por ações de outros atores que os antecederam. Pensando nisso, propus (Resende, 2009b, p.

28) “uma relação temporal (em termos de sincronia/diacronia) entre os dois elementos da recursividade estrutura/agência”, que pode ser sintetizada na seguinte figura:

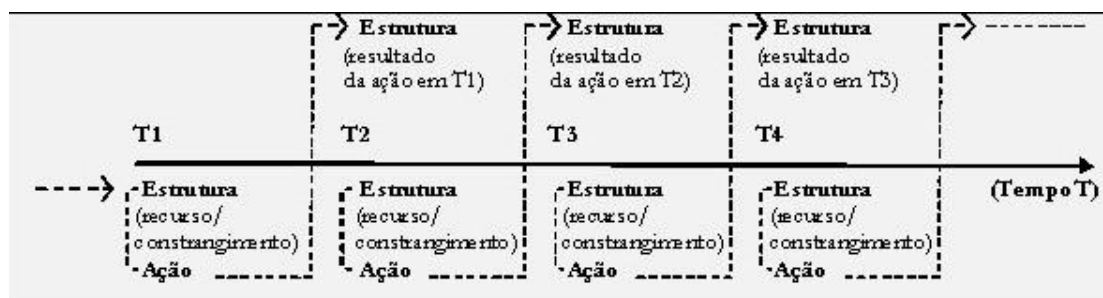


Figura 3 – Relação sincrônica/ diacrônica entre estrutura e ação (Resende, 2009b, p.28).

Isso significa dizer que agimos mediante mecanismos que condicionam e que possibilitam nossas ações potencialmente transformadoras, e que são conformados na atividade daqueles/as que nos antecederam, e de cujos resultados nos apropriamos. Para Mateus e Resende (no prelo), "a relação entre prática objetivada – isto é, aquela que se apresenta para os indivíduos e grupos como mecanismos estruturais que possibilitam-constrangem suas ações – e prática objetivante – ou seja, ação humana que reproduz e transforma a sociedade – não é linear. De fato, a historicidade se realiza em movimentos cíclicos que, no entanto, nunca retornam ao mesmo ponto e tampouco da mesma forma. Também nunca são inteiramente diferentes do anterior, mantendo traços da prática objetivada, ainda que *em circunstâncias radicalmente transformadas*." Nesse sentido, as autoras propuseram outra representação imagética dessa síntese dos movimentos históricos da recursividade estrutura/ agência:

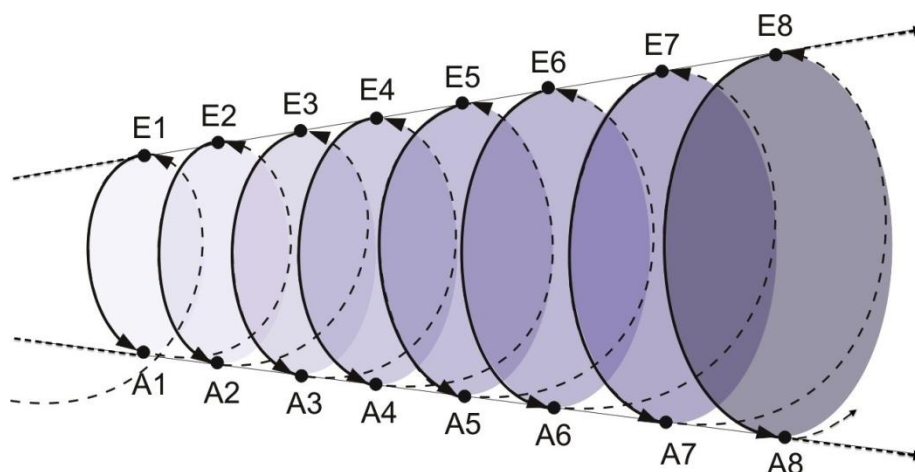


Figura 4 – *Movimentos históricos de reprodução e transformação social (Mateus e Resende, no prelo).*

As autoras explicam que "o movimento espiral representa o tear das malhas do tecido social em suas relações e redes de práticas. Os fios se entrecruzam na conformação de práticas objetivadas que constituem redes de possibilidades e constrangimentos para a ação humana que, por sua vez, reconfigura o tecido social numa perspectiva de transformação-permanência das circunstâncias preexistentes". As estruturas (E_1 , E_2 , e assim por diante) foram posicionadas nos diferentes tempos, na parte de cima da figura, para sinalizar seu caráter abstrato de potencialidades que podem ser alçadas sincronicamente ao nível realizado (por meio da ação). O nível do realizado, da ação (A_1 , A_2 , e assim por diante) é representado abaixo, no plano do evento concreto. Mateus e Resende (no prelo) ainda explicam:

As linhas descendentes indicam que, em sincronia, as estruturas proveem recursos e constrangimentos para a ação situada; assim é que essas linhas ligam estrutura e ação sempre em um mesmo tempo (E_1-A_1 , E_2-A_2 , ...). As linhas ascendentes pontilhadas indicam, por outro lado, a relação diacrônica, isto é, as possibilidades de transformação-reprodução de estruturas pela ação situada, mas sempre em tempos diferentes: a ação em A_1 resulta na estrutura em E_2 , e assim sucessivamente. O modelo é transformacional por compreender essa assimetria entre as estruturas que governam a ação, sempre prévias e conformadas em ações anteriores, e a própria ação que governam. Por isso temos que a ação em A_1 é estruturada por E_1 , mas carrega o potencial de transformar E_1 em E_2 . Por fim, destacamos que nossa linha tracejada não tem um início definido, o que ilustra nossa incapacidade de localizar, como num mito de Eva, um 'ponto zero'.

Em termos analíticos, isso significa que análises discursivas críticas precisam estar atentas para a estruturação da ação e para a ação estruturada, isto é, para a ordem de discurso e a interação. Ou, nas palavras de van Dijk (2001, p. 354), "interação verbal e comunicação pertencem ao nível micro da ordem social. Poder, dominação e desigualdade entre grupos sociais são termos que tipicamente pertencem ao nível macro da análise. Isso significa que a ADC precisa relacionar em termos teóricos abordagens micro e macro".

Uma ontologia assim complexa do funcionamento da sociedade e da linguagem na sociedade exige uma epistemologia também complexa. Por meio de textos,

materializamos gêneros – modos de ação discursiva – e discursos – modos de representação do mundo por meio dos quais reconstruímos discursivamente nossa experiência no mundo, e nos identificamos no mundo (estilos) (Fairclough, 2003). Os textos que produzimos e com que lidamos em nossas experiências de socialização são resultado das conjunturas e situações sociais em que se engendram, das práticas de que participam, das convenções semióticas, mas também têm efeitos sobre essas articulações, sempre temporárias, de elementos sociais e discursivos.

Podemos representar essa teorização da linguagem na sociedade no seguinte mapa ontológico:

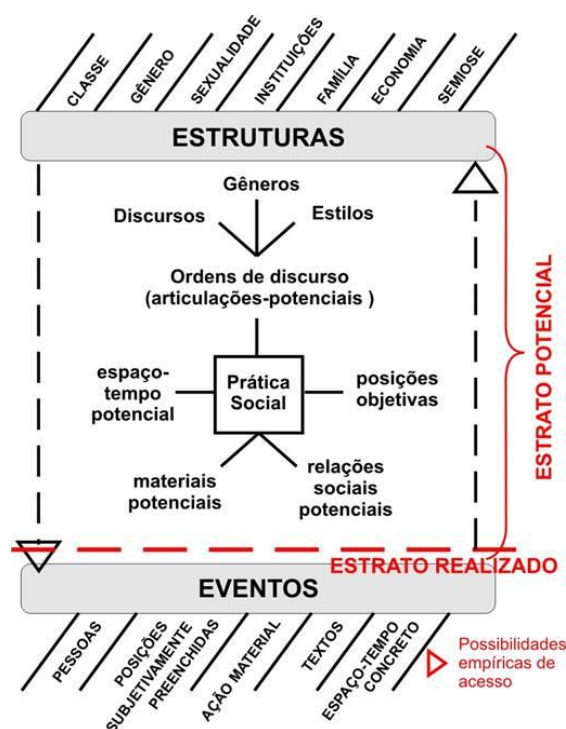


Figura 5 – Mapa ontológico do funcionamento social da linguagem. Elaboração própria, inédito.

Esse mapa ontológico não coincide com a proposta de Chouliaraki e Fairclough (1999) nem com o Modelo Transformacional da Atividade Social proposto por Bhaskar (1998). Trata-se de uma reflexão ainda inédita que, embora baseada nas propostas citadas, as recontextualiza em um mapa ontológico distinto. Há muito que explicar sobre as motivações e implicações das alterações propostas nos modelos que me servem de base, mas o objetivo aqui é outro. Quero discutir como o enquadre epistemológico para ADC, de Chouliaraki e Fairclough (1999), associado a um modelo de

funcionamento da linguagem na sociedade com essa complexidade, pode ser apropriado em projetos particulares de pesquisa.

2. Situação de rua e violação de direitos: uma história de violência².

A situação de rua é um grave problema social, com consequências desastrosas sobre as vidas de milhões de pessoas no mundo (ONU, 2013). Entretanto, o problema vem sendo naturalizado, apagado ou distorcido em diversos textos publicados nos jornais ou transmitidos em outros veículos midiáticos (ver, por exemplo, Pardo Abril, 2008; Silva, 2009; Soares, 2011; Pardo, 2012; Montecino; Arancibia, 2013). A naturalização da situação de rua, que deixa de ser percebida como um problema, e o expurgo de pessoas em situação de rua, que são representadas como categoria a ser apartada e expurgada da sociedade, são problemas sociais parcialmente discursivos porque a representação discursiva da situação de rua (também, mas não somente, na mídia) influencia os modos como percebemos e reagimos à vulnerabilidade social, e os modos como identificamos pessoas em situação de rua e nos identificamos em relação a essa situação (Resende, 2009a; Resende, 2012a). Por outro lado, e como a relação entre linguagem e sociedade é de mão dupla, essas mesmas representações, materializadas em textos midiáticos, também são efeitos de práticas e relações sociais, isto é, estão calcadas em estruturas prévias.

Em 2008, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, Brasil) publicou o Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008 como “fruto de um acordo de cooperação assinado entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome” (Brasil, 2008, p. 3). Entre os resultados da pesquisa sobre a população em situação de rua no Brasil, verificou-se que “a grande maioria [88,5%] não

² Esta seção foi retirada do artigo "A violação de direitos da população em situação de rua e a violência simbólica: representação discursiva no jornalismo *on-line*", aceito para publicação na *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso* para o volume 2015(1). Uma versão anterior do mesmo trabalho, inédita como texto completo, foi apresentada oralmente no *X Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso*, realizado, em outubro de 2013, na *Benemérita Universidad Autónoma de Puebla*, México. O trabalho apresentado compôs a mesa-redonda “*REDLAD II – La pobreza on-line*”. Minha participação no referido congresso foi possível graças ao apoio do CNPq, Processo AVG 455665/2013-3.

é atingida pela cobertura dos programas governamentais”, não tendo, portanto, acesso a políticas públicas específicas (Brasil, 2008, p. 12-3). A Pesquisa Nacional identificou 31.922 pessoas vivendo nas ruas no Brasil, mas esse número, ainda que expressivo, não deve ser tomado como o contingente total dessa população, pois foram investigados apenas 71 municípios, e a pesquisa não realizou um censo propriamente dito (Brasil, 2008). Estima-se que vivam em situação de rua no Brasil cerca de 50.000 pessoas (Colin, 2013). Assim, a violação de direitos, articulada a diversas formas de violência, é um problema social que tem impacto sobre amplos setores da população, impossibilitados de usufruir de seus direitos de cidadania e de realizar de maneira plena seu potencial (Pardo Abril, 2013).

No que se refere à vulnerabilidade social e à situação de rua especificamente, podemos perceber relação entre discurso e desmobilização da sociedade civil. Por exemplo, no campo dos discursos sobre a pobreza extrema, especialmente aqueles dispersos pelos meios massivos de comunicação, fortalecem-se representações que responsabilizam as pessoas extremamente pobres, exclusivamente, por sua situação, o que pode ter como efeito que deixe de ser percebida como uma injustiça à qual se deve responder com ação política (Dejours, 2001; Resende e Ramalho, 2013). A justificativa do ‘sucesso/ fracasso social’ em termos de ‘competência/ incompetência pessoal’ legitima a exclusão de parcelas cada vez mais significativas da população do trabalho no setor moderno (Bourdieu, 1998), e pode ser determinante da formação de uma ética de apartação, de “aceitação da miséria ao lado da riqueza, separação de classes, consolidação dos privilégios, exclusão” (Buarque, 2003, p. 72). De acordo com Nascimento (2003, p. 62), “estes grupos sociais passam a não ter direito a ter direitos”. Os textos cujas análises serão brevemente retomadas na próxima seção dão mostra disso.

3. Representação discursiva da extrema pobreza em diferentes gêneros.

Nesta seção, exibirei alguns resultados analíticos já publicados em textos que consideraram diferentes gêneros discursivos, produzidos e consumidos em distintos ambientes institucionais: as análises de uma circular de condomínio (Resende, 2009b), de uma notícia jornalística da mídia impressa de distribuição gratuita (Resende, 2012a), de uma notícia do jornalismo *on-line* ligado a jornal tradicional na imprensa brasileira

(Resende, no prelo) e de uma charge (Sant'Ana e Resende, 2013) do conhecido cartunista brasileiro Angeli. O que os textos analisados têm em comum é uma articulação entre os temas da situação de rua e da vizinhança.

3.1 Circular de condomínio³.

Começamos pela circular de condomínio, cujo texto reproduzo a seguir, omitindo informações que pudessem identificar as pessoas envolvidas. Os trechos com grifos em negrito são mantido do original.

RELATÓRIO SUCINTO DA REUNIÃO

Na reunião com Autoridades do Governo do Distrito Federal, convocada pelo proprietário do Restaurante XXXXX, estiveram presentes conosco os senhores XXXXX, XXXXX e a Sra. XXXXX, onde ouvimos que as causas que levam os moradores de rua a permanecerem mais tempo em um só lugar **é a facilidade de obterem as coisas básicas necessárias como: comida, roupas, calçados e dinheiro, sendo este último transformado nas drogas que utilizam.**

Gostaria também de colocá-los a par, uma informação passada na reunião, de que existem duas ou três pessoas recentemente libertadas da penitenciária e que estão ainda na condicional, entre eles. **Por isso, gostaria de enfatizar novamente, não dê nada a eles. Não é falta de humanidade, é simplesmente para dificultar a permanência deles perto do nosso prédio.**

Ontem mesmo presenciamos pessoas jogarem sacos de comida para alguns deles embaixo do prédio. Nós também somos responsáveis, como foi dito pelo representante da Segurança Pública presente na reunião, da permanência deles, onde estão.

Esperamos ter-nos entendido e agradecemos a ajuda.

XXXXX - Síndico

Figura 6 - Circular de condomínio. Em Resende (2009a).

O tema da circular é uma reunião, realizada entre o síndico de um edifício residencial, comerciantes locais e autoridades do Governo do Distrito Federal, Brasil, acerca de um grupo de pessoas em situação de rua que se havia estabelecido nas proximidades do edifício residencial e de estabelecimentos do comércio local. Essa reunião foi convocada pelo proprietário de um restaurante e contou com a participação de síndicos de prédios da quadra e representantes do Governo do Distrito Federal.

O texto, produzido e distribuído em julho de 2007, configura-se no gênero situado 'circular de condomínio', cujo propósito é estabelecer comunicação entre o/a

³ A análise que aqui é apenas brevemente comentada foi publicada na íntegra em *Discourse & Society*, 20 (3), 363-379, 2009.

síndico/a de um condomínio residencial ou comercial e os/as condôminos, a respeito de temas relevantes para o funcionamento da comunidade, como pagamentos, pendências ou problemas envolvendo o conjunto da comunidade. No caso desse texto, trata-se de circular de condomínio residencial, texto produzido individualmente pelo síndico e distribuído aos/às condôminos por meio de cópias impressas que foram deixadas nas caixas de correio das unidades domiciliares.

Em termos de gênero, a amostra discursiva é relativamente inovadora – circulares de condomínio geralmente versam sobre debates internos ao condomínio, sobre reuniões realizadas entre condôminos/as ou problemas específicos ao funcionamento do condomínio. Essa circular, por outro lado, traz relatório de um debate envolvendo agentes externos à comunidade de condôminos/as, em reunião à qual estes/as não foram convidados/as a comparecer.

As categorias analíticas utilizadas para a análise desse texto foram *estrutura genérica*, em que se discutiu como o texto recorre aos pré-gêneros narração e argumentação, mostrando que embora o texto seja predominantemente argumentativo os argumentos aparecem travestidos de trocas de informação; *modalidade*, em que se percebeu uma estrutura de modalização que tem o efeito de conferir caráter universal a certas representações particulares, o que é fundamental para o funcionamento do texto: embora fique evidente que o propósito principal do texto é a troca de atividade – ou seja, o interdito a relações de solidariedade entre condôminos/as e o grupo de pessoas em situação de rua –, o predomínio das aparentes trocas de informação, fortalecidas pelo argumento de autoridade e pelas modalidades objetivas, ao mesmo tempo mitiga esse propósito de interdição e intensifica o poder dos argumentos utilizados; *intertextualidade*, com o discurso representado como das autoridades sendo assumido com alta afinidade pelo autor da circular e utilizado como argumento autoritativo na legitimação de uma posição particular; e avaliação, categoria que permitiu perceber que a avaliação do grupo de pessoas em situação de rua é feita no texto por meio de estruturas de pressuposição que formulam uma avaliação das pessoas do grupo como oportunistas e perigosas, entre outras categorias analíticas (Resende, 2009a).

3.2 Notícia publicada em jornal impresso de distribuição gratuita⁴.

Modos de representação muito semelhantes podem ser observados em textos jornalísticos sobre a situação de rua (Resende e Ramalho, 2013). Por exemplo, no texto “Abandono no Lago Norte – Casa que pertence ao Ibama virou ponto de drogas e abrigo para moradores de rua”, publicado em janeiro de 2011 no "Caderno Brasília", os discursos do incômodo e do risco também são a tônica da representação (Resende, 2012a).

Com tiragem de 20 mil exemplares, o “Caderno Brasília” é um encarte de domingo do jornal *Hoje em Dia*, além de ser distribuído gratuitamente em cerca de 300 pontos de Brasília, como teatros, cinemas, bares, restaurantes, padarias e hotéis. Tomando esse objeto analítico, procedi à análise da representação de atores sociais, especificamente do grupo classificado como “moradores de rua”. Também analisei, do ponto de vista da oração como representação, como esse grupo aparece no Sistema de Transitividade (Halliday, 1994), com base nas orações em que o grupo é representado. Aqui, irei apenas comentar, brevemente, alguns resultados analíticos obtidos por meio da análise sistemática de representação de atores sociais (van Leeuwen, 2008).

O texto publicado no “Caderno Brasília” aborda a seguinte questão: uma casa, pertencente a órgão público, localizada em bairro residencial de classe média alta, encontrava-se abandonada havia cerca de dois anos e passou a trazer uma série de ‘problemas para a vizinhança’. Entre os problemas destacados no texto, ressaltam-se a insegurança, o risco de proliferação do mosquito da dengue e a presença de grupos que não eram bem-vindos no local, assimilados no subtítulo da matéria pelo rótulo “moradores de rua”.

⁴A análise que aqui é apenas brevemente comentada foi publicada na íntegra em *Linguagem em (Dis)curso*, 12 (2), 439-465, 2012. Uma versão anterior do mesmo trabalho foi apresentada no Seminário Temático "Análise de Discurso Crítica - desigualdades e resistências", como parte do IX Congresso Latino-Americano de Estudos do Discurso, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, em novembro de 2011. Minha participação no referido evento foi possível graças ao apoio do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, com recursos do PROAP/CAPES.

Se pensarmos na estrutura genérica do texto em questão, veremos que se trata de uma notícia jornalística. Fairclough (2003, p. 32-3) conceitua ‘gêneros de governança’ como aqueles associados a redes de práticas especializadas na regulação ou no controle de outras práticas sociais. São caracterizados por “propriedades específicas de recontextualização” que incluem “um movimento de apropriação, transformação e colonização” – a apropriação de elementos de uma prática social em outra, com a transformação da primeira de modos particulares associados à colonização especializada da prática reguladora. Fairclough toma as notícias veiculadas pela mídia como exemplo de materialização de gênero de governança, associando-as aos meios de comunicação que integram o “aparato de governança” e podem controlar os eventos noticiados, quando os recontextualizam. Trata-se de regulação porque os modos como fatos são noticiados podem influenciar as maneiras como as pessoas reagem aos eventos. A notícia em questão, por exemplo, pode orientar crenças sobre a pobreza extrema e a situação de rua em particular, identificando grupos sociais sob o rótulo “moradores de rua” e classificando-os como indesejáveis, problemáticos, perigosos, desagradáveis.

Pelo potencial do gênero ‘notícia’, espera-se um texto predominantemente narrativo e articulando também instâncias de discurso relatado e de comentário. De fato, na primeira parte do texto, em que a autora traz as informações sobre o caso, noticiando o evento, predominam os verbos no passado, tempo nuclear do mundo narrado. Essa primeira parte concentra-se na narrativa da transformação do espaço em consequência do abandono do imóvel e sua posterior invasão. Trata-se de demarcar a diferença entre dois tempos, e isso se texturiza por meio de processos como ‘virar’, ‘transformar’, ‘passar’, que denotam mudança de estado. Na segunda parte do texto, entretanto, têm destaque sequências textuais em que o tempo nuclear do mundo comentado – o presente, utilizado em estruturas de comentário – também se faz notar. Nessa parte, o foco não é noticiar o fato, mas apresentar comentários que incluem argumentação sobre o fato narrado. Nesses casos, predominam os comentários de moradores/as locais a respeito do incômodo e da insegurança causados pelo abandono do imóvel. É nessa parte da notícia que ganha maior ênfase o discurso relatado, em instâncias como, por exemplo, “indigna-se com a situação”, “ser incomodado com a ‘barulheira’ durante a noite”, “sente-se insegura na região”. A parte final do texto, como é de praxe em notícias dessa natureza, é dedicada à voz da autoridade policial e à enunciação de providências esperadas ou prometidas pelas autoridades responsáveis.

Aqui vamos nos concentrar apenas nas duas primeiras partes do texto, e especificamente na representação dos grupos avaliados como indesejáveis na vizinhança e assimilados na manchete como “moradores de rua”. Como observação inicial acerca da representação do grupo assimilado, podemos verificar que ao longo dessas duas primeiras partes a referência ao grupo é o fio condutor do texto. O que me interessou nesse exercício analítico foi verificar os modos de representação do grupo classificado como problema. Desde a manchete até o final da segunda parte do texto, com a exceção de apenas dois parágrafos, o foco do texto é o grupo composto por “moradores de rua”, “usuários de drogas”, “prostitutas” e “meninos de rua”. Note-se que todos esses atores são unificados pelo rótulo “moradores de rua” na manchete da matéria.

Entre os modos de representação realizados no texto, predomina a *generalização*, quando atores sociais são representados como classe (“moradores de rua”, “meninos de rua”). Ainda que não sejam representados como indivíduos identificáveis, os membros do grupo são *categorizados por classificação*, isto é, são representados com base na categoria de classe social, informação utilizada para definir o que *são* nessa representação. O elemento que define a categoria é o vínculo com a rua, o que remete à pobreza extrema. Podemos dizer que essas categorizações, embora mantenham o traço humano pelo primeiro elemento das lexias – “meninos” e “moradores” – têm seu elemento identificador em “de rua”, o que aproxima essas representações da *objetivação*, quando, segundo van Leeuwen (1997), atores sociais são representados por referência a um local ou a algo associado a sua pessoa ou a sua atividade.

Em algumas instâncias, a natureza genérica da representação é reforçada ainda pelo uso do pré-modificador “uma série de”, que enfatiza o caráter não individualizado da representação – não importa quem são essas pessoas como indivíduos identificáveis, mas sua pertença a uma classe que pode ser referida como “uma série de” – semelhante a ‘um bando de’, ‘um monte de’. O que se escolhe ressaltar, ao contrário da individualidade de cada membro do grupo representado, é sua quantidade, sua coletividade incômoda para os/as moradores/as do local, esses/as sim individualizados/as e nomeados/as no texto.

Também são representados por *funcionalização*, quando atores sociais são representados em termos de uma atividade (como usar drogas) ou uma ocupação (como a prostituição); por *impessoalização*, quando, ao contrário da representação como seres humanos – ainda que em grupo generalizado em que a individualidade não se põe em questão e com a objetivação decorrente do elemento identificador “de rua” –, o grupo é representado pelas consequências de sua presença: incômodo (“‘barulheira’ durante a noite”, “gritaria”) e insegurança (“assalto”, “vários assaltos”).

Ainda aparece a representação por *abstração*, quando atores sociais são representados por meio de uma qualidade a eles atribuída. Este último modo de representação é recorrente no texto todo, garantindo sua coerência interna. O grupo é referido por meio de substantivos abstratos, como “problemas”, “situação”, “o caso”, “a situação”, “um perigo”. Nesses casos, lembremos com van Leeuwen (1997, p. 208), “está a ser-lhes atribuída a qualidade de serem problemáticos, e esta qualidade é usada para os designar”.

Essa representação do problema como sendo a presença de pessoas em situação de rua no bairro, e não a situação de rua em si, permite que a representação do fato omita o poder público e sua responsabilidade sobre a violência da privação de direitos para a população em situação de rua.

3.3 Notícia publicada em jornal on-line⁵.

Sentidos muito semelhantes na representação da população em situação de rua são encontrados também no jornalismo *on-line* em portais vinculados a jornais tradicionais da imprensa escrita brasileira. No projeto de pesquisa intitulado “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo *on-line*” investigam-se textos publicados nos portais dos jornais *Folha de S. Paulo*, *Correio Braziliense* e *O Globo* entre 2011 e 2013 sobre a

⁵A análise que aqui é apenas brevemente comentada será publicada na íntegra em *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, 2015 (1). Uma versão anterior do mesmo trabalho, inédita como texto completo, foi apresentada oralmente no *X Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso*, realizado, em outubro de 2013, na *Benemérita Universidad Autónoma de Puebla*, México. O trabalho apresentado compôs a mesa-redonda “*REDLAD II – La pobreza on-line*”. Minha participação no referido congresso foi possível graças ao apoio do CNPq, Processo AVG 455665/2013-3.

temática da situação de rua e da violência, entendida a violação de direitos como forma de violência.⁶

Nesta seção apenas comentarei brevemente a análise de uma notícia, publicada em junho de 2013 no portal da Folha de S. Paulo e intitulado “Centro social para morador de rua provoca discordância em Santa Cecília”. A imagem da notícia *on-line* está reproduzida a seguir:

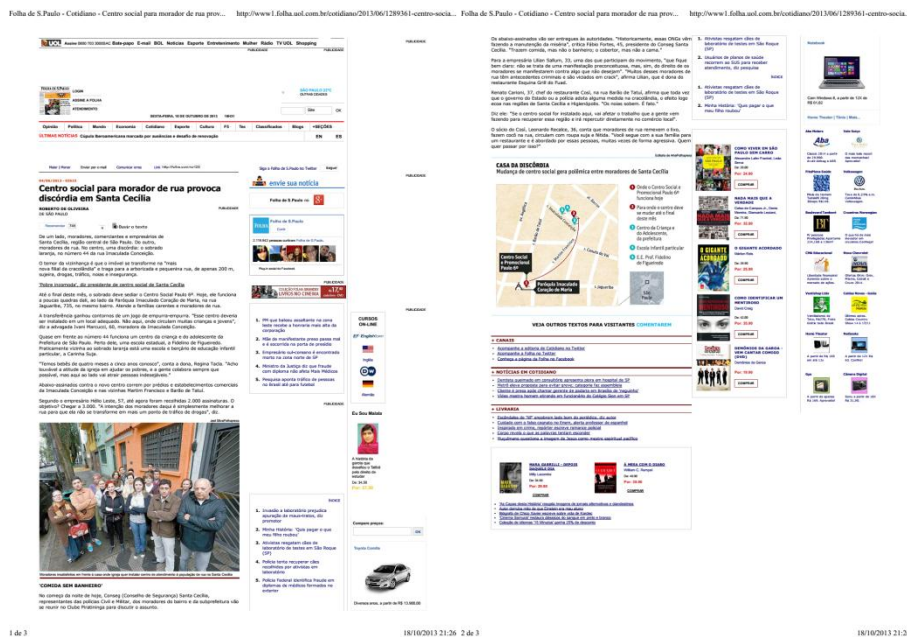


Figura 7 - Notícia on-line. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1289361-centro-social-para-morador-de-rua-provoca-discordancia-em-santa-cecilia.shtml>.

Assim como os demais textos aqui discutidos, este também se refere a situação de rua e vizinhança, referindo-se especificamente à polêmica relativa à instalação de um centro social ligado à igreja católica em bairro de classe média na região central de São Paulo. O texto foi analisado considerando as seguintes categorias analíticas: metáfora, representação de atores sociais e intertextualidade.

⁶O projeto “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line” (PQ-CNPq304075/2014-0) faz parte do projeto integrado “Violação de direitos como violência e mobilização social como resistência: uma investigação discursiva”, apoiado no Edital MCTI/CNPq Nº 14/2013, Processo 470300/2013-2.

O primeiro movimento retórico que o texto realiza é a construção da polêmica em torno da fixação de um centro social para atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, inclusive em situação de rua, no bairro de Santa Cecília, bairro paulistano de classe média. A construção posicionada da polêmica é discursivamente lograda por meio de três estratégias: a representação ativa do centro social (inclusive no título da notícia), a utilização de metáfora de lados opostos e a articulação do discurso da insegurança.

A metáfora dos lados opostos é a principal estratégia para a construção discursiva da polêmica. Em termos da representação de atores sociais, o uso dessa metáfora constrói grupos antagônicos: o primeiro representado por atores sociais para os quais se reconhece a legítima demanda pelo espaço público; o segundo composto por atores sociais para os quais se nega o direito à cidade. A oposição também se constrói no léxico, pela reiteração de “discórdia”. A oposição entre “moradores daqui” e “ponto de tráfico de drogas” atualiza a metáfora dos lados, e não se explicita a relação entre o centro social e “ponto de tráfico de drogas”. Essa relação é deixada subentendida para o trabalho ativo da leitura, isto é, pressupõem-se leituras conformadas pelos mesmos modos de compreensão dessa suposta relação.

A justificativa para a discordância é fortalecida com a articulação intertextual da voz de moradores locais, que são representados por nomeação e também por profissão e idade, o que realiza uma característica típica do gênero ao passo em que legitima a expressão de sua voz, para a qual se abre um espaço promocional do objetivo expresso de reunir "mais mil assinaturas contra a instalação do centro social". Vozes de moradores e moradoras do bairro, assim como de empresários que ali têm seus comércios, são articuladas com modalização de alta afinidade e que pressupõe autoridade no que enunciam.

O texto também dá notícia de uma reunião “para discutir o assunto”. Os atores sociais representados como membros desse ‘fórum’ são o Conselho de Segurança do bairro, as polícias civil e militar, moradores e moradoras locais e a subprefeitura. Ausências significativas nessa representação do debate público são representantes da população em situação de rua – lembremos que São Paulo tem uma das coordenações mais atuantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR),

movimento não representado na matéria, assim como não são representados outros movimentos da luta por moradia na cidade. Também estão ausentes na referência à reunião representantes da igreja, do centro social em disputa, de outras secretarias de Estado que não a segurança pública. Assim, o debate é representado como circunscrito aos âmbitos da polícia e da vizinhança, não cabendo qualquer espaço representacional a outros grupos interessados na discussão do “assunto”.

O discurso da insegurança é lexicalizado no texto em “O temor da vizinhança”, em que o termo “vizinhança” retoma apenas “um lado”, aquele para o qual se reconhece o direito à cidade. O discurso da insegurança também é ativado por pressuposto de “Muitos desses moradores de rua têm antecedentes criminais e são viciados em crack”, o que serve, implicitamente, de justificativa para a perda de seus direitos humanos. Para além dos processos relacionais com ‘ter’ e ‘ser’, que ativam avaliações negativas, note-se que a agregação realizada em “Muitos desses moradores de rua” tem como efeito a representação de um coletivo de “indesejáveis” em que não se pode perceber individualidade, e, portanto a própria humanidade vê-se diluída.

Ao discurso da insegurança vem somar-se o discurso do incômodo, explicitado em diversas partes do texto: a situação de rua é percebida apenas pelo viés de seus efeitos sobre populações outras, em relações de sentido que estabelecem vínculos fortes entre pessoas em situação de rua e sujeira, lixo, dejetos; sem alguma vez associar a situação de rua aos problemas sociais mais profundos que a encadeiam. A lógica perversa desse discurso sobre a vulnerabilidade social urbana preconiza que, se não há banheiro, que não haja tampouco comida, e se não há cama, que não haja cobertor – tudo em nome de “simplesmente melhorar a rua”, de manter longe a “sujeira”. Embora esses sentidos não sejam texturizados explicitamente, podem ser recuperados nas relações lógicas que os movimentos retóricos vão construindo.

Nos três textos cujas análises foram comentadas até aqui, percebemos marcantes traços em comum. Alguns deles são os seguintes:(i) as avaliações de pessoas em situação de rua são feitas principalmente por meio de estruturas de pressuposição que formulam sua avaliação como oportunistas, perigosas e incômodas; (ii) a representação de pessoas em situação de rua dá-se predominantemente por *generalização*, quando atores sociais são representados como classe, e por *abstração*, quando atores sociais são

representados por meio de uma qualidade a eles atribuída - e a qualidade é a de serem problemáticos, ameaçadores, incômodos; (iii) em termos de interdiscursividade, os discursos centrais nas representações são o discurso de insegurança e criminalidade, o que serve implicitamente de justificativa para a perda de seus direitos humanos, e o discurso do incômodo, já que o foco da representação não é a situação de rua como problema para quem está em situação de rua, mas apenas para a vizinhança obrigada a conviver com ela; (iv) em termos das relações intertextuais articuladas, os textos apresentam vozes assumidas com alta afinidade pela voz autoral, e nesses casos, portanto, a presença de muitas vozes não indica abertura para a diferença; (v) a seleção dos verbos *dicendi* que articulam essas vozes é significativa, pois constrói o dizer como depoimento - fruto da experiência, e portanto com valor testemunhal - ou como indignação - o que acrescenta valor argumentativo; (vi) há completa ausência de vozes em que pessoas em situação de rua pudessem se auto-representar. Podemos afirmar que os três textos cumprem uma tendência representacional da situação de rua.

3.4 Charge publicada em livro⁷

Mas o discurso não é apenas um instrumento para a manutenção de relações de desigualdade e dominação; pode ser também instrumento para o questionamento de discursos e valores que sustentam hegemonias, e assim se configurar ferramenta para a subversão de valores naturalizados. Exemplo disso é a charge do cartunista Angeli que me serve de objeto nesta seção.

O gênero charge, ao contrário de outros gêneros opinativos da mídia impressa, adota a estratégia do riso como forma de crítica e denúncia social. Dada a natureza do gênero, esse processo de construção e reconstrução de sentidos é altamente dependente dos conhecimentos extralinguísticos compartilhados, postos em negociação. Assim, o processo de construção de sentido das charges, talvez de forma mais acentuada que em outros gêneros, depende muito diretamente do compartilhamento de experiências e valores, e é por meio desses conteúdos simbólicos e do entrecruzamento de vozes que

⁷A análise que aqui é apenas brevemente comentada foi publicada na íntegra em *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 14 (especial), 38-64, 2013. Uma versão anterior do mesmo trabalho foi apresentada na Mesa-Redonda "Análise crítica do discurso e os caminhos de análise", no VIII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística, em janeiro de 2013, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Minha participação no referido evento foi possível graças ao convite da ABRALIN.

surtem os efeitos de sentido: a ambivalência geradora do (anti-)humor faz com que se afirmem ou se neguem certos valores, obrigando o leitor ou leitora a refletir, uma vez que lança luz sobre questões sociais por vezes obscurecidas (Costa e Miguel, 2009, pp. 107-112).

Por isso a charge tem sido definida como um gênero discursivo que exige um conjunto de conhecimentos específicos para o seu entendimento. Sua dependência de conhecimento social compartilhado é o que faz desse tipo de texto um gênero fortemente situado em contextos de cultura e de situação específicos, e daí decorre sua natureza efêmera e a dificuldade de sua tradução intercultural. Entretanto, se um problema social se globaliza, e torna-se pungente em diferentes culturas, a interpretação dos sentidos construídos nesses textos multimodais pode transcender seu contexto local de produção, e se prolongar no espaço e no tempo. Acredito que este seja o caso da charge aqui discutida, e de sua representação da situação de rua:

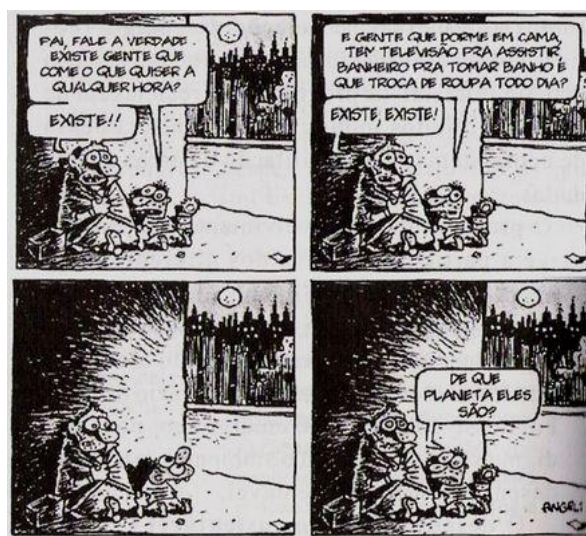


Figura 8 - Charge de Angeli, sem título. Em Dimenstein (2002).

Assim como os demais textos cujas análises foram brevemente comentadas neste artigo, também neste há relação entre situação de rua e vizinhança. Entretanto, a direção do olhar entre os grupos socialmente apartados se inverte: aqui o 'vizinho' que dirige o olhar ao 'outro' é o que está na rua.

No artigo em que esta charge foi analisada, utilizamos a Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 1994) e a Gramática do Design Visual (Kress; van Leeuwen,

2006), aliadas à Análise de Discurso Crítica, o que nos permitiu explorar o potencial analítico dessas abordagens para a análise de textos midiáticos multimodais, como é o caso das charges. Analisando quadro a quadro, investigamos, portanto, os efeitos de sentido das imagens associadas aos textos verbais, considerando que o sentido do texto só se constrói plenamente na integração entre as modalidades de linguagem. Nesta seção vou limitar-me a comentar alguns dos resultados analíticos a que chegamos naquele artigo (Sant'Ana e Resende, 2013).

No primeiro quadro, a função discursiva é uma pergunta ou demanda de informação. O estranhamento criado é que a demanda que caracteriza o tema ('fale a verdade') cria a expectativa de uma 'pergunta difícil', e a pergunta posta como rema contraria a expectativa, já que todos/as sabemos a resposta. Esse estranhamento é o que dá o tom do texto, uma vez que sabemos que a apartação social (Buarque, 2003) não impede o conhecimento, por parte de quem está à margem do consumo, dos bens e serviços disponíveis aos/às que podem consumir (Resende, 2009a). A marca de atitude do pai nos dois primeiros quadros fica por conta do ponto de exclamação duplo e da repetição léxica (sim, é claro que existe), que enfatizam o estranhamento. Nos dois quadros aparecem modalizadores de frequência, "a qualquer hora" e "todo dia", que reforçam o paralelismo entre os quadros. Após um terceiro quadro sem falas – mas com um movimento que comentarei em seguida – o último quadro do texto apresenta uma única oração: "De que planeta eles são?". A função discursiva novamente é uma troca de conhecimento, uma pergunta ou demanda de informação, sem elementos modalizadores ou atitudinais. Mas é central, novamente, o estranhamento causado pelo absurdo da pergunta.

O que o texto realiza é uma abordagem da apartação, amplificando a ausência de(re)conhecimento entre classes separadas pela fronteira social, e para isso utiliza enfaticamente a inocência/ignorância infantil. O absurdo da interlocução representada no texto verbal lança luz sobre o absurdo da própria lógica da apartação. Assim como as classes que têm acesso aos bens de consumo não reconhecem a semelhança das classes que não têm esse acesso garantido - como apontaram os três textos anteriormente comentados -, aqui os grupos invisíveis para a criança que demanda informação são aqueles que têm acesso garantido ao bem-estar (cama, banho, conforto, roupa).

No que se refere aos significados representacionais nas imagens, os participantes são representados individualmente. Ainda que apareçam ambos os participantes nas imagens, são representados como indivíduos identificáveis em papéis específicos – pai e filho. Assim, ao contrário dos textos anteriores, estabelece-se envolvimento singular, pois cada um é identificado em sua individualidade. São portadores de significado de classe – o foco recai em sua representação como pessoas em situação de rua. Isso se constrói imageticamente nas circunstâncias: por estarem sentados na rua, por seus poucos objetos que os rodeiam, pelo modo como o pai tenta proteger-se do frio puxando o casaco, pela ausência de um de seus sapatos.

Se observados os quatro quadros, a estrutura da representação é narrativa. Ainda que não se movam no espaço, os participantes são dizentes no processo verbal imageticamente representado, inclusive pelo recurso dos balões. A história se desenrola no tempo, o que comprova a existência de cronologia caracterizadora de narrativa. No que se refere a índices movimento, o único vetor a indicar qualquer movimentação é o olhar do filho, que a certa altura da narrativa (terceiro quadro) vira-se para olhar a cidade enquanto reflete sobre as respostas do pai. Nesse sentido, o silêncio no terceiro quadro é significativo. Se observada cada imagem, entretanto, a representação é conceitual: os participantes não agem no mundo (para além da fala representada nos balões) e pouco se movem. Nesse sentido, em cada quadro particularmente analisado, podemos dizer que se trata de imagens conceituais, nas quais os participantes são portadores de seus poucos atributos, suficientes para a representação do vínculo de classe.

Entretanto, considerado o texto em sua totalidade, inclusive nas diferentes modalidades de linguagem, são representados imageticamente como uma família em situação de rua, como pai e filho, postos lado e lado e em situação de diálogo. Note-se, no que se refere aos detalhes da imagem, a expressão do pai submetido às perturbadoras perguntas do filho. Sua expressão deixa ver o desconforto, a impotência e a dor da situação. É de se notar também que o pai não se volta para o filho quando lhe responde as perguntas, embora o filho lance olhar para o pai em cada um de seus movimentos no diálogo e para a cidade no terceiro quadro, momento de sua reflexão. A postura permanente do pai, sempre olhando para lugar algum, também sinaliza a situação perturbadora. O constrangimento do pai com as perturbadoras perguntas do filho –

marcado no texto verbal pelas ênfases obtidas com a dupla exclamação e com a repetição léxica, e nas imagens pela feição consternada e pela recusa do olhar – e a inocência/ignorância da criança – expressa no absurdo de suas perguntas – dão a tônica do texto. Tanto textos verbais como imagens realizam a amplificação da diferença social no contexto da apartação.

O texto, portanto, realiza uma abordagem da apartação que amplifica, lançando mão de uma lógica não propriamente racional, a ausência de (re)conhecimento entre classes separadas pela fronteira social. Com potencial para gerar reflexão crítica, o texto joga com o absurdo da apartação, utilizando enfaticamente a inocência ou a ignorância infantil. O aspecto inverossímil da interlocução representada suscita um exame da própria lógica da dessemelhança, o que ilustra o papel do discurso também na subversão de sentidos como aqueles naturalizados nos três textos anteriores.

Considerações finais.

Com base em referencial teórico-prático calcado no Realismo Crítico e na Análise de Discurso Crítica, e utilizando análises realizadas anteriormente, discuti aqui a extrema pobreza como problema social que inclui facetas discursivas, já que os modos como se representa a situação de rua em textos têm influência sobre os modos como a sociedade compreende o problema e reage a ele. Assim, o que pretendi abordar facetas semióticas dessa problemática, tendo como foco específico a pesquisa documental de textos realizando gêneros discursivos diversos.

Os três primeiros textos comentados operam, por um lado, uma dissimulação do problema da situação de rua e, por outro, o expurgo de pessoas nessas condições (Thompson, 1995), por meio da legitimação da apartação na sociedade brasileira (Buarque, 2003). Os textos, então, ilustram a naturalização da miséria em sociedades contemporâneas a partir da interiorização de discursos hegemônicos os quais operam um apagamento de direitos sociais básicos. Isso se dá, ao menos em parte, em decorrência da repetição desses discursos em diferentes ambientes institucionais e em variados tipos de texto.

Por meio de classificações que legitimam a diferença, a injustiça social é naturalizada e deixa de ser questionada como injustiça, passando a ser compreendida como um estado natural de coisas. Isso pode ter o efeito de destituir grupos em situação de precariedade de sua condição essencial de sujeitos de direitos, e de minar suas possibilidades de articulação e resistência. A seleção recorrente de discursos de insegurança e incômodo na representação da situação de rua desloca o ponto nodal do problema: da condição de privação de direitos dos grupos que enfrentam a situação de rua para grupo sociais que reconhecem esses ‘outros’ como um problema a ser combatido (Resende e Santos, 2012). O deslocamento do *problema social* da situação de rua para *suas consequências sobre outros grupos sociais* apaga suas consequências sobre a própria população em situação de rua: quando se focaliza apenas seus efeitos sobre grupos socioeconomicamente incluídos, os devastadores efeitos da pobreza extrema sobre quem de fato os enfrenta deixam de ser percebidos como problema. Não se questiona o fato de seres humanos terem negados seus direitos sociais básicos, mas o “perigo” ou o “problema” que representam para outros grupos.

A charge também comentada aqui mostra, contudo, que o discurso é palco de disputas sobre sentidos. Assim, os mesmos sentidos naturalizados e assimilados nos três primeiros textos são postos em evidência e questionados. O discurso do incômodo é invertido para a situação certamente incômoda de ver-se em situação de rua; o discurso do risco é substituído pela perspectiva da inocência infantil; a representação generalizada e desumanizante que predomina nos três primeiros textos é deslocada pela individualidade, pelo pertencimento familiar, pela angústia do pai diante do questionamento do filho.

Desse duplo papel do discurso nas lutas hegemônicas, incluindo as disputas sobre sentidos, decorre a relevância de se investigarem problemas sociais, como a situação de rua, pela lente de sua representação em textos. Tendo isso em foco, em 2005, no congresso da Associação Latinoamericana de Estudos do Discurso (ALED), em Santiago do Chile, foi fundada a *Red latinoamericana de análisis crítico del discurso de las personas sintecho y en extrema pobreza* (REDLAD), com o objetivo de estudar a representação da situação de rua nos países membros. Desde então, a rede tem-se reunido anualmente para discussão e intercâmbio das pesquisas realizadas. A REDLAD é um exemplo produtivo da ampliação do potencial de analistas de discurso quando

trabalham em rede, mas para além disso tem se mostrado também excelente espaço para reflexão teórica e metodológica. Minhas próprias pesquisas tiram partido disso.

Referências bibliográficas.

- Archer, M. (2000) *Beinghuman*. The problem of agency. Cambridge: University Press.
- Bhaskar, R. (1998) Societies. In: M. Archer *et al.* (orgs.) *Critical Realism*. Essential readings. London; New York: Routledge.
- Bhaskar, R. (2008). *Dialectic: the pulse of freedom*. London: Routledge.
- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brasil. (2008). *Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; São Paulo: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião.
- Buarque, C. (2003). *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Chouliaraki, L.; Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity*. Edinburgh: University Press.
- Colin, D.(2013). Olhares sobre a construção da Política Nacional para a população em situação de rua. Comunicação apresentada no “Seminário Brasil – União Europeia para Promoção e Proteção dos Direitos da População em Situação de Rua”. Brasília, julho de 2013.
- Costa, E. P. M.; Miguel, E. A. (2009). O gênero charge e a atitude responsiva: uma abordagem enunciativo-discursiva. In: Covre, A. M. P. M. *et al.* (orgs.). *Rodas de Conversa Bakhtiniana*. São Carlos: Pedro & João Editores.
- Dejours, C. (2003). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Dimenstein, G. (2002). *O cidadão de papel*. São Paulo: Ática.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.
- Fairclough, N. (2010). *Critical discourse analysis: the critical study of language*. 2ed. New York: Longman.
- Halliday, M. A. K. (1994). *An introduction to functional grammar*. 2 ed. London: Arnold.

- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- Kress, G.; van Leeuwen, T. (2006). *Reading images: the grammar of visual design*. New York: Routledge.
- Mateus, E.; Resende, V. M. (no prelo) O sistema posição-prática como categoria epistemológica: contribuições para ADC. Aceito para publicação em Alfa - Revista de Linguística, 59, 2015.
- Montecino, L. A.; Arancibia, M. C. (2013). *Representaciones discursivas en comentarios de blogs de ciberperiódicos chilenos*. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 14 (especial): 278-304.
- Nascimento, E.P. (2003). *Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*, em M. Bursztyrn (ed.). No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 56-87.
- ONU, Organização das Nações Unidas. (2013). Habitat. 100 million homeless in world. Most are women and dependent children. Disponível na Internet <<http://www.un.org/Conferences/habitat/unchc/press/women.htm>>. Acesso em julho de 2013.
- Pardo Abril, N. G. (2008). *¿Que nos dicen? ¿Que vemos? ¿Que és... pobreza?* Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia.
- Pardo Abril, N. G. (2013). *Construcción simbólica de la pobreza. Representación mediática de la violación de derechos en la prensa digital*. Projeto de pesquisa inédito. Bogotá.
- Pardo, M. L. (2012). Associação discursiva entre pobreza y delito em um programa televisivo reproduzido em YouTube, em N. G. Pardo Abril. *Discurso em la web: pobreza em YouTube*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, pp. 270-294.
- Ramalho, V.; Resende, V. M. (2011). *Análise de discurso (para) a crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes.
- Resende, V. M. (2009a). *It's not a matter of inhumanity : a critical discourse analysis of an apartment building circular on homeless people*. Discourse & Society, v. 20, p. 363-379.
- Resende, V. M. (2009b). *Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas: Pontes.
- Resende, V. M. (2012a). *Representação discursiva de pessoas em situação de rua no Caderno Brasília: naturalização e expurgo do outro*. Linguagem em (Dis)curso, v. 12, pp. 439-465.
- Resende, V. M. (2012b). *Análise de discurso crítica como interdisciplina para a pesquisa social: uma introdução*. In: Iran Ferreira de Melo. (org.). Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática. Campinas: Pontes, pp. 99-112.

- Resende, V. M.; Ramalho, V. (2013). *Inequality and representation: critical discourse analysis of news coverage about homelessness*, en C. M. Pascale (ed.). *Social inequality & the politics of representation: a global landscape*. Washington: Sage, pp. 21-34.
- Resende, V. M.; Santos, A. A. (2012). *A representação de pessoas em situação de rua quando vítimas de chacina: uma análise discursiva crítica*. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, 12 (2): 81-102.
- Resende, V. M. (no prelo). *A violação de direitos da população em situação de rua e a violência simbólica: representação discursiva no jornalismo on-line*. Aceito para ser publicado em *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, 2015(1).
- Sant'Ana, R. C. ; Resende, V. M. (2013). *Construção de sentidos e denúncia social análise da representação da extrema pobreza em uma charge de Angeli*. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 14, p. 88-106.
- Silva, D. E. G. (2009). Representações discursivas da pobreza e gramática. *D.E.L.T.A.*, 25: 721-731.
- Soares, M. C. (2011). *Os direitos na esfera pública mediática*. São José do Rio Preto: Editora Unesp.
- Thompson, J. B. (1995). *Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes.
- vanDijk, T. (2001). Critical Discourse Analysis. In: D. Tannen; D. Schiffrin; H. Hamilton (orgs.). *Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell. pp. 352-371.
- van Leeuwen, T. (1997). *A representação dos atores sociais*, en E. R. Pedro (ed.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, pp. 169-222.
- van Leeuwen, T. (2008). *Discourse and practice*. Oxford: Oxford University Press.